

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>30/09/15</u>	<u>31/12/14</u>
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	230.213	57.465
Contas a receber de clientes e outros	6	910.414	769.259
Títulos e valores mobiliários	7	123	706
Impostos e contribuições a recuperar	8	74.759	72.520
Estoques		12.968	11.988
Despesas pagas antecipadamente	9	7.445	8.445
Serviços em curso	10	7.007	7.723
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	11	133.459	185.796
Outros ativos circulantes	12	29.783	18.875
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.406.171</b>	<b>1.132.777</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e outros	6	76.567	87.657
Títulos e valores mobiliários	7	2.523	916
Impostos e contribuições a recuperar	8	30.336	24.780
Impostos e contribuições diferidos	13	315.516	327.110
Depósitos judiciais	14	64.671	54.531
Entidade de Previdência Privada		844	815
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	11	46.832	63.428
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	15	587.753	504.530
Outros ativos não circulantes	12	2.119	2.119
Investimentos		1.562	1.934
Intangível	16	2.207.249	2.072.488
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.335.972</b>	<b>3.140.308</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.742.143</b>	<b>4.273.085</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>30/09/15</u>	<u>31/12/14</u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	17	451.906	447.495
Empréstimos e financiamentos	18	348.220	200.682
Debêntures	19	162.650	152.169
Salários e encargos a pagar	20	36.035	29.756
Taxas regulamentares	21	87.462	12.199
Impostos e contribuições a recolher	22	176.141	161.871
Dividendos e juros sobre capital próprio	23	121	75.910
Provisões	24	13.321	11.907
Entidade de previdência privada	32	17.899	17.292
Outros passivos circulantes	25	142.929	113.205
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.436.684</b>	<b>1.222.486</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	17	34.190	31.208
Empréstimos e financiamentos	18	1.163.521	811.132
Debêntures	19	143.919	215.680
Taxas regulamentares	21	27.679	28.926
Provisões	24	76.162	68.145
Entidade de previdência privada	32	280.271	274.846
Outros passivos não circulantes	25	8.803	32.256
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.734.545</b>	<b>1.462.193</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	26		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		421.203	421.162
Outros resultados abrangentes		10.221	10.741
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	8.249
Prejuízo acumulado		(8.764)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.570.914</b>	<b>1.588.406</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.742.143</b>	<b>4.273.085</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 Períodos findos em 30 de setembro  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/07/15 a 30/09/15	01/01/15 a 30/09/15	01/07/14 a 30/09/14 Reclassificado	01/01/14 a 30/09/14 Reclassificado
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	27	<b>1.051.568</b>	<b>3.321.784</b>	<b>944.474</b>	<b>2.661.655</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>		<b>(986.846)</b>	<b>(3.013.904)</b>	<b>(869.452)</b>	<b>(2.450.376)</b>
Custos com energia elétrica	28.a	(664.389)	(2.122.901)	(573.666)	(1.658.640)
Custos de operação	28.b	(189.074)	(567.309)	(172.267)	(502.719)
Custos de construção		(133.383)	(323.694)	(123.519)	(289.017)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>64.722</b>	<b>307.880</b>	<b>75.022</b>	<b>211.279</b>
Despesas gerais e administrativas	28.b	(65.154)	(175.546)	(43.096)	(143.627)
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>(432)</b>	<b>132.334</b>	<b>31.926</b>	<b>67.652</b>
Resultado financeiro		(34.483)	(107.784)	(35.753)	(99.816)
Receitas financeiras	29	238.262	532.471	31.650	77.977
Despesas financeiras	29	(272.745)	(640.255)	(67.403)	(177.793)
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(34.915)</b>	<b>24.550</b>	<b>(3.827)</b>	<b>(32.164)</b>
Imposto de renda e contribuição social		<b>2.421</b>	<b>(18.314)</b>	<b>(141)</b>	<b>6.676</b>
Corrente	13	10.394	(8.143)	-	-
Diferido	13	1.988	340	4.104	19.412
Imposto de renda - incentivo fiscal da SUDENE	13	(5.894)	1.691	-	-
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	13	(4.067)	(12.202)	(4.245)	(12.736)
<b>LUCRO LÍQUIDO/ (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>		<b>(32.494)</b>	<b>6.236</b>	<b>(3.968)</b>	<b>(25.488)</b>
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:</b>					
Ordinária		(0,4351)	0,0835	(0,0531)	(0,3413)
Preferencial A		(0,4351)	0,0835	(0,0531)	(0,3413)
Preferencial B		(0,4786)	0,0918	(0,0584)	(0,3754)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
 Períodos findos em 30 de setembro  
 Em milhares de reais

	01/07/15 a 30/09/15	01/01/15 a 30/09/15	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14
<b>Lucro/(prejuízo) do período</b>	<b>(32.494)</b>	<b>6.236</b>	<b>(3.968)</b>	<b>(25.488)</b>
Outros resultados abrangentes				
Perdas atuariais do plano de benefício definido	(262)	(787)	(368)	(1.105)
Tributos s/ ganhos (perdas)	89	268	125	376
<b>Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b>(173)</b>	<b>(519)</b>	<b>(243)</b>	<b>(729)</b>
<b>Total do resultado abrangente do período, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>(32.667)</b>	<b>5.717</b>	<b>(4.211)</b>	<b>(26.217)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Em milhares de reais

01/01/14 a 30/06/14	Reserva de Capital				Reservas de Lucros					Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes				
	Capital Social											
Saldos em 31 de dezembro de 2013	590.174	30.077	454.999	73.004	276.261	118.035	14.214	504	24.804	(33.481)	-	1.548.591
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	106	-	-	-	106
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	106	-	-	-	106
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.488)	-	(25.488)
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.105)	-	-	(1.105)
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	376	-	-	376
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(729)	-	-	(729)
Saldos em 30 de setembro de 2014	590.174	30.077	454.999	73.004	276.261	118.035	14.214	610	24.075	(58.969)	-	1.522.480

01/01/15 a 30/09/15	Reserva de Capital				Reservas de Lucros							Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados				
	Com Capital Próprio												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	590.174	30.077	454.999	73.004	288.293	118.035	14.214	620	10.740	-	8.249	1.588.405	
Reversão de Dividendos Prescritos (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	41	-	-	(8.249)	(8.208)	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	41	-	-	(8.249)	(8.208)	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.236	-	6.236	
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	(787)	-	-	(787)	
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	268	-	-	268	
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(519)	-	-	(519)	
Destinações: Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)	
Saldos em 30 de setembro de 2015	590.174	30.077	454.999	73.004	288.293	118.035	14.214	661	10.221	(8.764)	-	1.570.914	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Períodos findos em 30 de setembro  
Em milhares de reais

Ref.:	30/09/15	30/09/14 <u>Reclassificado</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social</b>	24.550	(32.164)
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Amortização (*)	148.107	122.986
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(21.672)	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	123.489	81.039
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(16.316)	(4.296)
Valor residual do ativo intangível baixado	5.069	10.893
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	38.082	27.037
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.486)	(41.330)
Atualização monetária benefício pós emprego	23.612	22.693
	<u>296.435</u>	<u>186.858</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(101.578)	(5.881)
IR e CSLL a recuperar	(13.663)	45.051
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	12.600	(12.721)
Estoques	(980)	(6.304)
Depósitos judiciais	(8.430)	(4.645)
Despesas pagas antecipadamente	1.000	554
Entidade de previdência privada	(29)	(27)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	90.605	-
Outros ativos	(27.574)	(98.822)
	<u>(48.049)</u>	<u>(82.795)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	7.393	82.151
Salários e encargos a pagar	6.279	3.038
Encargos de dívidas e swap pagos	(74.953)	(57.820)
Taxas regulamentares	71.403	(1.613)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(13.237)	-
Impostos e contribuições a recolher	14.270	23.291
Indenizações/contingências pagas	(35.358)	(29.540)
Entidade de previdência privada	(18.367)	(17.275)
Outros passivos	6.271	7.309
	<u>(36.299)</u>	<u>9.541</u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>212.087</u>	<u>113.604</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de investimentos	372	-
Aquisição de intangível	(360.120)	(317.819)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(182.193)	(184.200)
Resgate de títulos e valores mobiliários	182.120	191.214
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(359.821)</u>	<u>(310.805)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	579.921	189.639
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(119.030)	(96.080)
Amortização do principal de debêntures	(72.000)	-
Pagamentos de custos de captação	(1.797)	(69)
Obrigações vinculadas	32.385	29.115
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(98.997)	-
<b>GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>320.482</u>	<u>122.605</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<u>172.748</u>	<u>(74.596)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	57.465	149.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	230.213	74.673
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u>172.748</u>	<u>(74.596)</u>

(\*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
Períodos findos em 30 de setembro  
Em milhares de reais

	Ref.:	30/09/15	30/09/14
			<b>Reclassificado</b>
<b>Receitas</b>			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		5.060.630	3.711.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(65.389)	(54.127)
		<b>4.995.241</b>	<b>3.657.192</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(2.146.804)	(1.821.973)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(203.276)	(34.737)
Matérias-primas consumidas	(*)	(4.911)	2.395
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(672.057)	(597.573)
		<b>(3.027.048)</b>	<b>(2.451.888)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>1.968.193</b>	<b>1.205.304</b>
Amortização	(*)	(148.107)	(122.986)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>1.820.086</b>	<b>1.082.318</b>
Receitas financeiras	(*)	534.376	77.977
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>2.354.462</b>	<b>1.160.295</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remunerações		74.420	72.923
Encargos sociais (exceto INSS)		17.190	16.723
Entidade de previdência privada		13.246	13.195
Auxílio alimentação		8.948	8.487
Convênio assistencial e outros benefícios		4.156	3.654
Despesas com desligamento		13.452	5.617
Férias e 13º salário		16.571	16.130
Plano de saúde		8.954	8.724
Indenizações trabalhistas		1.409	1.560
Participação no resultado		10.268	9.214
Administradores		2.874	2.322
Encerramento de ordem em curso		1.094	1.031
(-) Transferência para Ordens		(21.092)	(19.764)
<b>Subtotal</b>		<b>151.490</b>	<b>139.816</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
INSS (sobre folha de pagamento)		18.231	17.783
ICMS		962.753	668.763
PIS/COFINS sobre faturamento		242.175	147.549
Imposto de renda e contribuição social		18.314	(6.676)
Obrigações intra-setoriais		309.244	35.490
Outros		3.658	3.224
<b>Subtotal</b>		<b>1.554.375</b>	<b>866.133</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros e variações cambiais		640.255	177.793
Aluguéis	(*)	2.106	2.041
<b>Subtotal</b>		<b>642.361</b>	<b>179.834</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Juros sobre capital próprio		15.000	-
Lucro Líquido / (Prejuízo) do período		(8.764)	(25.488)
<b>Subtotal</b>		<b>6.236</b>	<b>(25.488)</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>2.354.462</b>	<b>1.160.295</b>

(\*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km<sup>2</sup>, regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou junto à ANEEL, o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s). Tal alteração, juntamente com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, possibilitou o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos financeiros oriundos de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros.

Pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias em 12 de novembro de 2015, as quais estão expressas em milhares de reais.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

**2.1 – Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com a IAS 34 – Interim Financial Reporting.

**2.2 – Base de apresentação**

As práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

### 3. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

#### **Bandeiras Tarifárias**

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/13, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, ESS e risco hidrológico. Nos meses de janeiro e fevereiro os valores a serem acrescidos pelas bandeiras amarelas e vermelhas eram R\$ 15/MWh e R\$ 30/MWh, a partir de 02 de março foram atualizados para R\$ 25/MWh e R\$ 55/MWh, respectivamente e a partir de 1ª de setembro de 2015 foi mantido o valor de R\$ 25/MWh para a bandeira amarela e atualizado para R\$ 45/MWh o valor da bandeira vermelha. Durante o período de janeiro a setembro, perdurou o regime de bandeira vermelha.

O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias fossem revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Os recursos disponíveis nessa conta são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente.

Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras nos itens previstos no Decreto nº 8.401/15 e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma. Ao longo de 2015 a Companhia passou a receber antecipadamente Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros via aplicação das Bandeiras Tarifárias, sendo R\$ 374.403 recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensados pelo pagamento à CCRBT no montante de R\$ 10.983.

#### **Revisão Tarifária Extraordinária - RTE**

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia através da Resolução Homologatória nº 1.858/15 com reajuste tarifário médio de 2,21% com vigência a partir de 02 de março de 2015.

#### **Reajuste Tarifário Anual – IRT 2015**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.885 de 22 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de abril de 2015, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, de 15,48%, dos quais 11,21% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,27% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 11,25%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2015 com vigência até 28 de abril de 2016.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**Ressarcimento CONTA-ACR (Decreto nº 8.221/14)**

Em 1º de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/14 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoeletrica adquirida através de contratos por disponibilidade além daquela adquirida no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014 no montante total de R\$ 90.695.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Ainda o mesmo decreto determinou que a ANEEL deveria homologar, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

No entanto, conforme Despachos nº 048/15 e 182/15, a ANEEL diferiu as liquidações de novembro e dezembro de 2014, em função da insuficiência de recursos disponíveis na CONTA-ACR e da necessidade de busca de solução através de novo empréstimo por meio da CCEE.

Dessa forma, no encerramento contábil do exercício de 2014, ficou pendente e incerto os repasses de recursos às distribuidoras dos custos incorridos acima da cobertura tarifária com as exposições involuntárias e geração térmica dos meses de novembro de 2014 e dezembro de 2014, portanto, permanecendo registrados tais valores como ativos financeiros setoriais (CVA).

Em março de 2015, após a realização de novo empréstimo pela CCEE, por meio do Despacho nº 773/15, a ANEEL homologou repasses da CONTA-ACR relativos a novembro e dezembro de 2014.

A CCEE liquida esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esse contrato.

**CDE-Encargos**

Através da Resolução Homologatória nº 1.857/2015, a ANEEL estabeleceu o encargo anual da CDE para o ano de 2015, o qual foi devidamente contemplado nas tarifas por meio do reajuste anual da Companhia. Contudo em julho de 2015, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) questionou judicialmente o pagamento de alguns itens que compõe a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma decisão liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados.

Após a realização de Audiência Pública nº 057/2015, em cumprimento à decisão judicial, por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967/2015, de 24 de setembro de 2015, a ANEEL estabeleceu as tarifas a serem aplicadas aos associados da ABRACE, a partir de 3 de julho de 2015 e enquanto perdurar os efeitos da antecipação de tutela concedida no Processo Judicial nº 24648-39.2015.4.01.3400, alcançando 13 grandes consumidores da CELPE, especificados na resolução. A decisão liminar está sendo contestada pela ANEEL e pela ABRADDEE.

Dessa forma, a Companhia aplicará essas novas tarifas aos associados da ABRACE, retroativas a 3 de julho de 2015. A diferença entre o valor original da cota de CDE e aquele faturado pela distribuidora, conforme cláusula prevista no contrato de concessão, será contemplado na apuração dos componentes financeiros de neutralidade dos encargos setoriais e serão recuperados no próximo reajuste tarifário de 2016.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. RECLASSIFICAÇÕES DOS SALDOS COMPARATIVOS

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2014, originalmente emitidas em 10 de novembro de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados, são eles: despesas com vendas, multas por infração do consumidor e multas/perdas regulatórias. Também está sendo reclassificado para permitir melhor comparabilidade, o ressarcimento de energia elétrica, em decorrência do Despacho de encerramento do exercício de 2014, nº 4.786/14, divulgado pela ANEEL.

	01/07/14 a 30/09/14			01/01/14 a 30/09/14		
	Divulgado	Reclassificações	Reclassificado	Divulgado	Reclassificações	Reclassificado
Receita Líquida	951.561	(7.087)	944.474	2.711.756	(50.101)	2.661.655
Custo dos Serviços	(823.604)	(45.848)	(869.452)	(2.345.797)	(104.579)	(2.450.376)
Despesas com vendas	(53.409)	53.409	-	(156.056)	156.056	-
Receitas Financeiras	39.568	(7.918)	31.650	99.715	(21.738)	77.977
Despesas Financeiras	(74.847)	7.444	(67.403)	(198.155)	20.362	(177.793)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/15	31/12/14
Caixa e Depósitos bancários à vista	11.346	20.480
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	218.867	36.985
	<u>230.213</u>	<u>57.465</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2015 é constituída por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos com maior rentabilidade e menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, Títulos Públicos, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	30/09/15	31/12/14
Consumidores	(a)	1.297.159	1.190.629
Títulos a receber		3.539	4.149
Comercialização de energia na CCEE	(b)	59.763	36.767
Disponibilização do sistema de distribuição		15.335	15.458
Serviços prestados a terceiros		1.269	1.712
Serviços taxados e administrativos		32.323	38.932
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	88.912	112.127
Outros créditos		37.646	34.593
Terceiros		37.547	34.593
Partes relacionadas		99	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(548.965)	(577.451)
Total		<u>986.981</u>	<u>856.916</u>
Circulante		910.414	769.259
Não circulante		76.567	87.657

**(a) Consumidores**

	Saldo vencidos	Saldo vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/15	31/12/14	30/09/15	31/12/14
<b>Sector privado</b>							
Residencial	85.277	74.989	404.741	565.007	524.847	(401.302)	(414.311)
Industrial	70.342	8.249	47.824	126.415	129.269	(32.668)	(55.436)
Comercial, serviços e outras	88.267	30.227	50.083	168.577	155.137	(44.633)	(45.131)
Rural	15.741	10.191	40.848	66.780	69.826	(32.698)	(24.180)
	<u>259.627</u>	<u>123.656</u>	<u>543.496</u>	<u>926.779</u>	<u>879.079</u>	<u>(511.301)</u>	<u>(539.058)</u>
<b>Sector público</b>							
<b>Poder público</b>							
Federal	8.239	860	396	9.495	11.279	(367)	(494)
Estadual	10.607	7.871	2.151	20.629	12.808	(797)	(561)
Municipal	69.082	6.286	6.018	81.386	86.300	(3.145)	(3.777)
	<u>87.928</u>	<u>15.017</u>	<u>8.565</u>	<u>111.510</u>	<u>110.387</u>	<u>(4.309)</u>	<u>(4.832)</u>
Iluminação pública	15.364	9.786	7.646	32.796	25.829	(5.594)	(5.836)
Serviço público	31.162	1.447	6.858	39.467	32.073	(5.638)	(5.603)
Fornecimento não faturado	186.607	-	-	186.607	143.261	-	-
	<u>580.688</u>	<u>149.906</u>	<u>566.565</u>	<u>1.297.159</u>	<u>1.190.629</u>	<u>(526.842)</u>	<u>(555.329)</u>
Circulante				1.231.508	1.114.242	(518.420)	(543.772)
Não circulante				65.651	76.387	(8.423)	(11.557)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

**(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo apresentado em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 59.763 (R\$ 36.767 em 31 de dezembro de 2014) líquido da PCLD, no montante de R\$ 22.122 (R\$ 18.682 em 31 de dezembro de 2014), vide item (d).

**(c) Subvenções/ Subsídios Governamentais**

**Baixa Renda – Tarifa Social**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2015 é R\$ 25.035, (R\$ 38.817 em 31 de dezembro de 2014), relativo às subvenções dos meses de agosto e setembro de 2015.

#### CDE

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 22 de abril de 2015, foi emitida a resolução homologatória nº 1.885/2015 aprovando o valor mensal de R\$ 11.236, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2015 a março de 2016.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2015 é R\$ 63.877, (R\$ 73.310 em 31 de dezembro de 2014), relativo às subvenções dos meses de abril a setembro de 2015.

#### (d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	(596.838)	(18.682)	(615.520)
Adições	(22.663)	(3.440)	(26.103)
Reversões	64.172	-	64.172
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(555.329)	(22.122)	(577.451)
Adições	(8.799)	-	(8.799)
Reversões	37.285	-	37.285
Saldo em 30 de setembro de 2015	(526.843)	(22.122)	(548.965)

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/15	31/12/14
Banco do Brasil	(c)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	2.185	910
Bradesco	(a)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	-	6
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	102
Santander	(b)	CDB	mar-16	CDI	80	-
Banco Itaú	(a , b)	CDB	jul-17	CDI	20	19
Votorantim	(a , b)	CDB	dez-15	CDI	23	21
Bradesco	(a)	LFT	mar-15	CDI	-	564
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	338	-
<b>Total</b>					<b>2.646</b>	<b>1.622</b>
Circulante					123	706
Não circulante					2.523	916

- (a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.  
(b) Aplicações em fundo exclusivo compostos por papéis com vencimentos no curto prazo.  
(c) (Carteira própria) Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.  
(\*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2014	8.414
Aplicações	185.316
Resgates	(192.210)
Remuneração	102
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.622
Aplicações	182.193
Resgates	(182.120)
Remuneração	951
Saldo em 30 de setembro de 2015	2.646

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/15	31/12/14
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR	(a)	12.917	897
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	10.699	2.324
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	27.109	24.989
Programa de integração social - PIS	(c)	3.934	7.252
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	18.239	33.555
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.681	3.305
Imposto sobre serviços - ISS		180	198
		<b>74.759</b>	<b>72.520</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	30.336	24.780
<b>Total</b>		<b>105.095</b>	<b>97.300</b>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

(b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000 e compensáveis em 48 meses. Em 30 de setembro de 2015 no montante de R\$ 48.231 (R\$ 40.542 em 31 de dezembro de 2014);

(b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.214 (R\$ 9.227 em 31 de dezembro de 2014).

(c) O PIS e a COFINS a recuperar do regime de apuração não cumulativo estabelecido pelas Leis nos 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 22.173 (R\$ 40.807 em 31 de dezembro de 2014).

## 9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	30/09/15	31/12/14
Prêmio seguro	175	1.097
PROINFA	5.917	5.917
Vale transporte	132	271
Vale refeição/alimentação	1.172	1.126
Outros	49	34
<b>Total</b>	<b>7.445</b>	<b>8.445</b>

## 10. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/15	31/12/14
Serviço próprio	981	(1.372)
Serviços prestados a terceiros	6.026	6.984
Transf. fabric. reparo de materiais	-	2.111
<b>Total</b>	<b>7.007</b>	<b>7.723</b>

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota 25).

## 11. VALORES A RECEBER DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIRO

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos os seguintes ativos e passivos financeiros setoriais:

	30/09/15							31/12/14						
	Ativo			Passivo (-)				Ativo			Passivo (-)			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total Líquido	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total Líquido
<b>CVA e Neutralidade</b>														
Energia	220.094	22.873	242.967	-	-	-	242.967	299.057	92.734	391.791	-	-	-	391.791
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	-	-	(96.159)	(11.260)	(107.419)	(107.419)	-	-	-	(111.594)	(35.958)	(147.552)	(147.552)
Neutralidade dos encargos setoriais	-	-	-	(12.709)	(7.982)	(20.691)	(20.691)	-	-	-	(17.560)	(4.813)	(22.373)	(22.373)
Sobrecontratação	19.544	19.544	39.088	(46.063)	-	(46.063)	(6.975)	2.115	-	2.115	(16.971)	(5.657)	(22.628)	(20.513)
Outras CVA's	44.045	20.493	64.538	(175)	-	(175)	64.363	25.946	7.730	33.676	-	-	-	33.676
<b>Componentes Financeiros e Subsídios</b>														
Energia Eletro nuclear	2.828	-	2.828	-	-	-	2.828	898	6.560	7.458	-	-	-	7.458
Exposição Financeira	3.814	3.164	6.978	-	-	-	6.978	6.443	2.832	9.275	-	-	-	9.275
Outros componentes financeiros	379	-	379	(2.139)	-	(2.139)	(1.760)	176	-	176	(2.714)	-	(2.714)	(2.538)
	<b>290.704</b>	<b>66.074</b>	<b>356.778</b>	<b>(157.245)</b>	<b>(19.242)</b>	<b>(176.487)</b>	<b>180.291</b>	<b>334.635</b>	<b>109.856</b>	<b>444.491</b>	<b>(148.839)</b>	<b>(46.428)</b>	<b>(195.267)</b>	<b>249.224</b>



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Ativo
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-
Constituição	253.696
Amortização	(5.056)
Atualização monetária	584
Saldo em 31 de dezembro de 2014	249.224
Constituição	(2.871)
Amortização	(90.605)
Atualização monetária	24.543
Saldo em 30 de setembro de 2015	180.291

## 12. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/15	31/12/14
Adiantamentos a empregados		1.731	848
Adiantamentos a fornecedores		3.831	1.418
Serviços prestados a terceiros		1.386	1.980
Alienações em curso		185	1.494
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	5.607	5.393
Uso mútuo de postes		2.158	440
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Subvenção CCC - F.de Noronha	(b)	2.654	7.519
Reembolsos do Fundo CDE - CCRBT	(c)	11.894	-
Outros créditos a receber		818	264
Total		31.902	20.994
Circulante		29.783	18.875
Não circulante		2.119	2.119

(a) Valores de débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil – RFB que já reconheceu o direito da Companhia, porém realizou a compensação de ofício de débitos pendentes de forma indevida. Foi apresentada inconformidade com a compensação de tais débitos e será realizada nova análise pela RFB. Após novo despacho o crédito poderá ser compensado.

(b) Subvenção CCC – Fernando de Noronha - Trata-se de reembolso dos custos com a geração térmica da Usina Tubarão em Fernando de Noronha pelo fundo setorial CCC, conforme previsto pela Resolução Normativa 427/2011.

(c) Reembolsos do fundo CDE - Valor referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias de junho e julho de 2015, conforme definido no Decreto nº 8.221/14.

## 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:



**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	30/09/15	31/12/14
Imposto de renda e contribuição social	(a)	168.491	167.882
Diferido ativo		168.491	195.037
Diferido passivo		-	(27.155)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	147.025	159.228
Total		<u>315.516</u>	<u>327.110</u>

**(a) Imposto de renda e contribuição social diferido**

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:

	Ativo			
	30/09/15		31/12/14	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	208	52	10.629	2.656
Diferenças temporárias	495.353	123.838	489.468	122.367
	<u>495.561</u>	<u>123.890</u>	<u>500.097</u>	<u>125.023</u>
Contribuição Social				
Base negativa	208	19	10.629	957
Diferenças temporárias	495.353	44.582	465.584	41.902
	<u>495.561</u>	<u>44.601</u>	<u>476.213</u>	<u>42.859</u>
Total		<u>168.491</u>		<u>167.882</u>

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	30/09/15		31/12/14	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	116.762	116.762	111.045	111.045
Provisão para passivo atuarial	296.925	296.925	289.477	289.477
Provisão para demissão voluntária	768	768	55	55
Provisão contencioso	89.483	89.483	80.053	80.053
Provisão PLR	9.670	9.670	8.693	8.693
Prejuízo fiscal	208	208	10.630	10.630
Incentivo fiscal Sudene	-	-	23.884	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	65.069	65.069	45.328	45.328
Ajuste da quota anual de amortização	-	-	11.480	11.480
Valor justo de derivativos financeiros	8.098	8.098	2.892	2.892
Encerramento de ordem de serviço	-	-	2.592	2.592
Outros	13.272	13.272	10.795	10.795
Total Ativo	<u>600.255</u>	<u>600.255</u>	<u>596.924</u>	<u>573.040</u>
Passivo (-)				
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(40.001)	(40.001)	(23.685)	(23.685)
Ajuste da quota anual de amortização	(849)	(849)	-	-
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(63.609)	(63.609)	(71.126)	(71.126)
Custo de captação	(235)	(235)	(2.016)	(2.016)
Total Passivo	<u>(104.694)</u>	<u>(104.694)</u>	<u>(96.827)</u>	<u>(96.827)</u>
Total Líquido	<u>495.561</u>	<u>495.561</u>	<u>500.097</u>	<u>476.213</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Deliberação CVM nº 371/02 e CPC 32 (aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09).

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2015 e 2014.

	Período acumulado de três meses findos em			
	30/09/15		30/09/14	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(34.915)	(34.915)	(3.827)	(3.827)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.067)	(4.067)	(4.245)	(4.245)
Ajustes decorrentes do RTT	-	-	4.460	4.460
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste	(38.982)	(38.982)	(3.612)	(3.612)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(9.746)	(3.508)	(903)	(325)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	22	8	39	15
Multas indedutíveis	1.036	373	2	-
Depreciação veículos executivos	5	2	7	2
Excesso despesas previdenciárias	1.401	504	862	310
Outras adições	18	7	9	4
	2.482	894	919	331
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(1.973)	(712)	(2.061)	(742)
Incentivo fiscal SUDENE	5.894	-	-	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	187	-	-	-
Outras exclusões	(6)	-	-	-
	4.102	(712)	(2.061)	(742)
Imposto de renda e contribuição social no período	(3.162)	(3.326)	(2.045)	(736)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado				
Diferido de diferença temporária de RTT			(921)	(402)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.162)	(3.326)	(2.966)	(1.138)
Corrente	(1.701)	(2.799)	-	-
Compensados e deduzidos	479	1.806	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(2.180)	(4.605)	-	-
Diferido	(1.461)	(527)	(2.966)	(1.138)
	(3.162)	(3.326)	(2.966)	(1.138)

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/15		30/09/14	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	24.550	24.550	(32.164)	(32.164)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(12.202)	(12.202)	(12.736)	(12.736)
Ajustes decorrentes do RTT	-	-	48.109	48.109
Juros sobre capital próprio	(15.000)	(15.000)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(2.652)	(2.652)	3.209	3.209
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(663)	(239)	802	289
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	41	15	79	29
Multas indedutíveis	4.071	1.466	1	-
Depreciação veículos executivos	16	6	21	7
Excesso despesas previdenciárias	3.712	1.336	3.445	1.240
Outras adições	183	67	27	10
	8.023	2.890	3.573	1.286
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(5.921)	(2.133)	(6.181)	(2.225)
Incentivo fiscal SUDENE	(1.691)	-	-	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(146)	-	-	-
Outras exclusões	(16)	-	-	-
	(7.774)	(2.133)	(6.181)	(2.225)
Imposto de renda e contribuição social no período	(414)	518	(1.806)	(650)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	37	-	-	-
Diferido de diferença temporária de RTT	5.971	-	(12.626)	(4.330)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.594	518	(14.432)	(4.980)
Corrente	4.263	2.189	-	-
Recolhidos e Pagos	6.443	6.794	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(2.180)	(4.605)	-	-
Diferido	1.331	(1.671)	(14.432)	(4.980)
	5.594	518	(14.432)	(4.980)

A Companhia, a partir de Janeiro de 2015, está sujeita as implicações introduzidas pela Lei nº 12.973/14, que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT).

**(b) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora**

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondente.

**14. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	30/09/15	31/12/14
Trabalhistas		19.246	16.352
Cíveis		34.144	26.149
Fiscais:		11.281	12.030
PIS / COFINS		165	1.176
Impostos municipais	(a)	4.722	4.460
IOF	(b)	6.265	6.265
Outros		129	129
Total		64.671	54.531

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- (a) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração decorrente de substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (b) IOF – Trata-se de mútuo do período de setembro/2002 a agosto/2005 para o qual existe processo nº 2006.83.00.004066-8 e que se encontra pendente de julgamento.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

#### 15. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Durante os nove meses findos em 30 de setembro de 2015 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2014	356.549	
Baixas	(1.781)	
Transferências	140.743	
Atualização monetária / valor justo	9.019	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>504.530</u>	
Baixas	(1.026)	
Transferências	(a) 67.934	
Atualização monetária / valor justo	16.315	
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u><u>587.753</u></u>	

(a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no período.

O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (vide nota 27) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica.

#### 16. INTANGÍVEL

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 9.729 (R\$ 4.122 no mesmo período do ano anterior), cuja taxa média de capitalização foi de 0,75% no período.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/15				31/12/14	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
Direito de uso da concessão	4,30	3.720.651	(1.762.611)	(171.122)	1.786.918	1.786.362
<b>Em curso</b>						
Direito de uso da concessão		517.883	-	(97.552)	420.331	286.126
<b>Total</b>		<b>4.238.534</b>	<b>(1.762.611)</b>	<b>(268.674)</b>	<b>2.207.249</b>	<b>2.072.488</b>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2014	3.383.269	(1.519.228)	(177.236)	1.686.805	294.715	(31.443)	263.272	1.950.077
Adições	-	-	-	-	453.766	(37.189)	416.577	416.577
Baixas	(90.951)	62.124	-	(28.827)	-	-	-	(28.827)
Amortizações	-	(176.645)	10.080	(166.565)	-	-	-	(166.565)
Transferências - Intangíveis	288.384	-	(5.918)	282.466	(288.384)	5.918	(282.466)	-
Transferências - Ativos financeiros	588	-	-	588	(144.686)	3.355	(141.331)	(140.743)
Transferências - Outros	11.895	-	-	11.895	38.564	(8.490)	30.074	41.969
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>3.593.185</u>	<u>(1.633.749)</u>	<u>(173.074)</u>	<u>1.786.362</u>	<u>353.975</u>	<u>(67.849)</u>	<u>286.126</u>	<u>2.072.488</u>
Adições	-	-	-	-	369.849	(32.385)	337.464	337.464
Baixas	(9.929)	6.428	-	(3.501)	(542)	-	(542)	(4.043)
Amortizações	-	(135.290)	7.775	(127.515)	-	-	-	(127.515)
Transferências - Intangíveis	116.046	-	(5.823)	110.223	(116.046)	5.823	(110.223)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	427	-	-	427	(72.606)	4.245	(68.361)	(67.934)
Transferências - Outros (b)	<u>20.922</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.922</u>	<u>(16.747)</u>	<u>(7.386)</u>	<u>(24.133)</u>	<u>(3.211)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>3.720.651</u>	<u>(1.762.611)</u>	<u>(171.122)</u>	<u>1.786.918</u>	<u>517.883</u>	<u>(97.552)</u>	<u>420.331</u>	<u>2.207.249</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período e transferência entre ativo intangível em serviço/financeiro de bens em decorrência de retificação de atributos técnicos.

(b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

## 17. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é como segue:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fornecedores	30/09/15	31/12/14
Energia elétrica:	341.826	378.619
Terceiros	227.349	285.006
Partes relacionadas	114.477	93.613
Encargos de uso da rede	53.687	6.850
Terceiros	53.105	6.286
Partes relacionadas	582	564
Materiais e serviços	56.393	62.026
Terceiros	56.393	61.309
Partes relacionadas	-	717
Energia livre	34.190	31.208
Total	486.096	478.703
Circulante	451.906	447.495
Não circulante	34.190	31.208

- Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDE, que impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 25 de agosto de 2013 houve deferimento de medida liminar, atribuindo efeito suspensivo até o julgamento.

#### 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante		30/09/15	31/12/14
<b>Moeda nacional</b>							
BNB 6	10% a.a.	16	20.163	-		20.179	-
(-) Custos de transação		-	(10)	-		(10)	40.369
Operações com swap		-	-	-		-	(40)
		16	20.153	-		20.169	40.329
 IBM	 CDI + 0,31% a.a.	 427	 7.816	 49.388		 57.631	 59.921
BNDES FINEM		547	71.939	100.653		173.139	232.142
(-) Custos de transação	TJLP + 1,82% a 3,12% a.a. e 4,5% a 5,5% a.a.	-	-	-		-	(1)
		547	71.939	100.653		173.139	232.141
Eletrobrás		-	8.634	6.513		15.147	22.137
(-) Custos de transação	5% a.a.	-	(8)	(4)		(12)	(23)
		-	8.626	6.509		15.135	22.114
FINEP		33	6.644	9.413		16.090	21.086
(-) Custos de transação	5% a.a.	-	(34)	(14)		(48)	(83)
		33	6.610	9.399		16.042	21.003
Banco do Brasil	108% CDI	7.831	20.714	124.286		152.831	147.024
Banco do Brasil	108% CDI	4.051	10.714	64.286		79.051	76.047
FINEP		37	6.409	14.419		20.865	25.682
(-) Custos de transação	4,00% a.a.	-	(67)	(62)		(129)	(196)
		37	6.342	14.357		20.736	25.486
BNDES FINEM / FINAME 8		1.989	51.794	413.430		467.213	297.940
(-) Custos de transação	TJLP + 1,59% a 2,7% a.a. e 3% a 6% a.a.	-	(751)	(1.941)		(2.692)	(1.683)
		1.989	51.043	411.489		464.521	296.257
CEF / LPT 4	6% a.a.	1.091	1.241	12.298		14.630	14.004
<b>Total moeda nacional</b>		<b>16.022</b>	<b>205.198</b>	<b>792.665</b>		<b>1.013.885</b>	<b>934.326</b>
 <b>Moeda estrangeira</b>							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	2% a.a./4,5% a.a.	30	2.234	1.020		3.284	3.183
Operações com swap		-	(912)	(887)		(1.799)	(456)
		30	1.322	133		1.485	2.727
Banco Citibank	LIBOR + 0,97% a.a. / LIBOR + 0,989% a.a.	177	-	148.538		148.715	107.443
Operações com swap	104,5% CDI / 107,34% CDI	-	840	(53.270)		(52.430)	(11.306)
		177	840	95.268		96.285	96.137
Banco Santander - Empréstimo 4131	1,7799% a.a. / 2,4664% a.a.	2.562	191.807	91.572		285.941	-
Operações com swap	105,00% CDI / 110,40% CDI	-	(52.101)	(25.522)		(77.623)	-
		2.562	139.706	66.050		208.318	-
ITAÚ	2,7757% a.a.	370	-	91.566		91.936	-
(-) Custos de transação		-	(99)	(38)		(137)	-
Operações com swap	108,8% CDI	-	913	(25.496)		(24.583)	-
		370	814	66.032		67.216	-
HSBC	LIBOR + 1,40% a.a.	679	-	159.130		159.809	-
Operações com swap	107,40% do CDI	-	3.810	(15.757)		(11.947)	-
		679	3.810	143.373		147.862	-
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>3.818</b>	<b>146.492</b>	<b>370.856</b>		<b>521.166</b>	<b>98.864</b>
(-) Depósitos em garantia			(23.310)			(23.310)	(21.376)
<b>Total</b>		<b>19.840</b>	<b>328.380</b>	<b>1.163.521</b>		<b>1.511.741</b>	<b>1.011.814</b>

**(a) Captações de recursos**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 179.921 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2014 e 2015, provenientes do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013.

Até 30 de setembro de 2015, a Companhia captou os seguintes recursos para fins de cobertura de caixa:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Itaú: captação em moeda estrangeira no valor de USD 23.714, equivalentes a R\$ 65.000, com custo de 2,7757% a.a., com swap para 108,80% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em fevereiro de 2017, e possui pagamentos de juros semestrais.
- Santander: duas captações em moeda estrangeira para cobertura de caixa. A primeira possui valor de USD 47.970, equivalentes a R\$ 130.000, custo de 1,7799% a.a., com swap para 105,00% do CDI e amortização e juros a serem pagos no vencimento do contrato, em fevereiro de 2016. A segunda captação tem o valor de USD 23.697, equivalentes a R\$ 65.000, custo de 2,4664% a.a., com swap para 110,40% do CDI, amortização em parcela única no vencimento do contrato, em fevereiro de 2017, e pagamento de juros semestrais.
- HSBC: captação em moeda estrangeira no valor de USD 43.664, equivalentes a R\$ 140.000, com custo de Libor + 1,40% a.a., com swap para 107,40% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em abril de 2018, e possui pagamentos de juros trimestrais.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

**(b) Condições restritivas financeiras (covenants):**

Os contratos com o BNDES, Citibank, Eletrobrás e HSBC preveem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- BNDES 2009: Patrimônio líquido / Exigível total  $\geq 45\%$ , EBITDA / Receita operacional líquida  $\geq 15\%$ , EBITDA / Serviço da Dívida  $\geq 1,2$ , Ativo Circulante / Passivo Circulante  $\geq 0,4$ .
- BNDES 2013: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 4$  e EBITDA/Resultado Financeiro  $\geq 2$ .
- Citibank 4131: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 4$  e EBITDA/Resultado Financeiro  $\geq 2$ .
- HSBC 4131: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 4$  e EBITDA/Resultado Financeiro  $> 2$ .
- Eletrobras: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 3$ .

Os índices financeiros dos contratos do BNDES e Citibank são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia. Os contratos da Eletrobras e HSBC possuem seus covenants apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia atingiu 3,12 para o indicador Dívida Líquida/EBITDA apurado com base nas demonstrações financeiras da Companhia, superando o limite estabelecido nos contratos firmados com a Eletrobras. De acordo com estes contratos, caso haja descumprimento do limite, será necessária a anuência da Eletrobras para contratação de novas dívidas.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:



**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/15			31/12/14		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2016	64.650	(211)	64.439	186.771	(533)	186.238
2017	474.241	(631)	473.610	161.462	(343)	161.119
2018	208.421	(435)	207.986	227.466	(189)	227.277
2019	119.488	(318)	119.170	88.803	(114)	88.689
2020	121.662	(226)	121.436	88.844	(63)	88.781
Após 2020	177.118	(238)	176.880	80.426	(22)	80.404
Total obrigações	1.165.580	(2.059)	1.163.521	833.772	(1.264)	832.508
(-) Garantias depósitos vinculados			-			(21.376)
Total			1.163.521			811.132

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2014	127.420	679.518	1.686	40.748	849.372
Ingressos	14.444	214.857	-	55.000	284.301
Encargos	66.657	-	916	-	67.573
Variação monetária e cambial	-	-	1	13.488	13.489
Swap	-	-	(690)	(12.834)	(13.524)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	2.968	2.968
Transferências	178.286	(178.286)	3.072	(3.072)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(188.112)	-	(2.419)	-	(190.531)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(215)	-	-	(215)
(-) Custos de transação	(579)	(1.040)	-	-	(1.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	198.116	714.834	2.566	96.298	1.011.814
Ingressos	3.932	175.989	130.000	270.000	579.921
Encargos	56.658	-	7.077	-	63.735
Variação monetária e cambial	1.818	8.162	61.934	147.959	219.873
Swap	-	-	(46.785)	(147.963)	(194.748)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(214)	5.423	5.209
Transferências	126.938	(126.938)	823	(823)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(166.130)	-	(4.992)	-	(171.122)
(-) Mov. depósitos em garantia	(23.310)	21.376	-	-	(1.934)
(-) Custos de transação	(112)	(758)	(99)	(38)	(1.007)
Saldo em 30 de setembro de 2015	197.910	792.665	150.310	370.856	1.511.741

## 19. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Remuneração	Taxa efetiva	30/09/15			31/12/14	
				Encargos	Principal		Total	Total
4ª Emissão	Única	111,3% do CDI	13,09%	Circulante	Circulante	Não Circulante		
				18.995	144.000	144.000	306.995	368.728
(-) Custos de transação				-	(345)	(81)	(426)	(879)
Total				18.995	143.655	143.919	306.569	367.849

(\*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

### (a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura da 4ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia, como segue:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 3,5$ , a partir do 2º trimestre de 2015 até o 1º trimestre de 2016;
- Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 3,0$ , a partir do 2º trimestre de 2016 até a data de vencimento das debêntures.
- EBITDA/Resultado Financeiro  $\geq 2$ .

**(b) Garantias**

Para a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/15			31/12/14		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2016	72.000	(40)	71.960	144.000	(279)	143.721
2017	72.000	(41)	71.959	72.000	(41)	71.959
Total	144.000	(81)	143.919	216.000	(320)	215.680

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	6.838	359.611	366.449
Encargos	42.260	-	42.260
Transferências	144.000	(144.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(40.682)	-	(40.682)
(-) Custos de transação	(247)	69	(178)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	152.169	215.680	367.849
Encargos	33.128	-	33.128
Transferências	72.000	(72.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(94.861)	-	(94.861)
(-) Custos de transação	214	239	453
Saldo em 30 de setembro de 2015	162.650	143.919	306.569

**20. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR**

	30/09/15	31/12/14
Salários	4.886	5.556
Provisões férias e 13º salário	14.157	10.132
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	6.001	4.507
Provisão PLR (a)	9.670	8.693
Outros	1.321	868
Total	36.035	29.756

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**21. TAXAS REGULAMENTARES**

	Ref.	30/09/15	31/12/14
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	3.803
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(a)	40.874	1.171
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.042	1.041
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		520	520
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	14.868	15.333
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	16.974	18.863
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		394	394
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(c)	36.666	-
<b>Total</b>		<b>115.141</b>	<b>41.125</b>
Circulante		87.462	12.199
Não circulante		27.679	28.926

- (a) Valor referente às quotas anuais definitivas de CDE – USO e CDE – ENERGIA para o ano de 2015, conforme Resolução nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015,
- (b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012 e 556/2013.
- (c) Valor de repasse de agosto e setembro, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto 8.401 de 04 de fevereiro de 2015.

**22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	30/09/15	31/12/14
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda - IR	5.319	2.970
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.189	5.028
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	129.182	100.552
Programa de integração social - PIS	4.891	7.284
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	22.630	33.548
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.068	2.251
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	714	770
Imposto sobre serviços - ISS	2.402	2.962
Outros	6.746	6.506
<b>Total</b>	<b>176.141</b>	<b>161.871</b>

**23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio:

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<b>2015</b>					
AGO de 23 de abril de 2015	Dividendos	8.249	0,1104431	0,1104431	0,1214874
RCA de 19 de junho de 2015	JSCP	15.000	0,2008392	0,2008392	0,2209231
		<u>23.249</u>			
<b>2014</b>					
RCA de 30 de dezembro de 2014	JSCP	76.189	1,0201156199	1,0201156199	1,1221271818
		<u>76.189</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de setembro de 2015, é como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2014	165
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	76.189
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(387)
Prescritos	(57)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>75.910</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	23.249
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(78)
Pagos no período	(98.919)
Prescritos	(41)
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>121</u>

## 24. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 13.321 classificadas no passivo circulante (R\$ 11.907 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 76.162 no não circulante (R\$ 68.145 em 31 de dezembro de 2014) são compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	24.154	43.111	1.052	68.317
Constituição	18.734	28.030	5	46.769
Baixas/reversão	(19.937)	(26.721)	(383)	(47.041)
Atualização	(81)	12.088	-	12.007
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>22.870</u>	<u>56.508</u>	<u>674</u>	<u>80.052</u>
Constituição	16.146	19.839	87	36.072
Baixas/reversão	(15.767)	(17.494)	(87)	(33.348)
Atualização	1.318	5.389	-	6.707
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>24.567</u>	<u>64.242</u>	<u>674</u>	<u>89.483</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

### Trabalhistas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				30/09/15	31/12/14
Ex-empregados da Companhia	6.786	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.786	3.470
	22.840	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5.222	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	17.178	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.178	19.066
	262.153	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	5.446	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	603	1ª, 2ª e 3ª	Provável	603	334
	578	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	54	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>320.860</u>			<u>24.567</u>	<u>22.870</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

#### Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/15	31/12/14
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	4.769	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.769	9.673
		1.392	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.106	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	2.794	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.794	2.376
		11.131	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		11.841	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	22.687	1ª, 2ª e 3ª	Provável	22.687	15.627
		84.455	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		22.968	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	11.057	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.057	9.919
		69.864	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.070	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		11.163	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.163	8.763
		23.588	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.002	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		26	1ª, 2ª e 3ª	Provável	26	22
		9.018	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.105	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		48	1ª, 2ª e 3ª	Provável	48	45
		4.898	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.461	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		4.013	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.013	3.680
		5.923	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		249	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		1.173	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.173	1.016
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	2.200
		3	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	6.512	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.512	3.187
		49.349	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.444	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>		<b>381.127</b>			<b>64.242</b>	<b>56.508</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nºs 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, decorrentes de acidentes sofridos por pessoas ou animais, que acarretam danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Outras - Referem-se ações diversas, dentre as quais, aquelas envolvendo incêndio, abaloamento em poste, servidão, usucapião, contrato com terceirizados, anulação de multas impostas pela ANEEL

### Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/15	31/12/14
ICMS	(a)	129.088	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	5.935	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		175	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		2.435	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		25.479	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		2.546	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS		2.538	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(c)	19.794	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	(d)	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		767.908	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		4.413	Administrativa	Possível	-	-
		86	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(e)	7.559	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>968.630</u>			<u>674</u>	<u>674</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

#### (a) ICMS

(a.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa.

(a.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia, referente à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(a.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.5) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas incidente sobre aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.6) Autos de infração lavrados contra a Companhia, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica dentro do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou os autos de infração.

(b) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(c) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d) IRPJ / CSLL - Possível – Autos de infração lavrados em 2007 e 2010, referente aos anos-calendários 2001 a 2008 e nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização. Os autos encontram-se aguardando julgamento do Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

(e) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Receita Federal do Brasil – RFB envolvendo diversos tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas e fiscais.

## 25. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/15	31/12/14
Consumidores	(a)	18.481	22.181
Empregados - adiantamento acordo coletivo		58	17
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	(b)	12.815	11.845
Convênios		64	321
Caução em garantia	(c)	74.392	54.135
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.692	1.678
Adiantamentos recebidos	(d)	11.085	15.862
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	29.159	34.991
Outras		3.857	4.302
Total		<u>151.732</u>	<u>145.461</u>
Circulante		<u>142.929</u>	<u>113.205</u>
Não circulante		8.803	32.256

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota 10).

(e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Companhia, conforme acordo celebrado com as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi a definida pela ANEEL através da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
<b>Total</b>	<b>66.303</b>	<b>100,0</b>	<b>7.567</b>	<b>100,0</b>	<b>742</b>	<b>100,0</b>	<b>74.612</b>	<b>100,0</b>

  

Acionistas	R\$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.069	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.105	10,4
<b>Total</b>	<b>524.445</b>	<b>100,0</b>	<b>59.856</b>	<b>100,0</b>	<b>5.873</b>	<b>100,0</b>	<b>590.174</b>	<b>100,0</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

### Reservas de capital

#### a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota 13).

Até 30 de setembro de 2015, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada e disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 361.089 (R\$ 348.887 em 31 de dezembro de 2014).

#### b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2014, através do Laudo Constitutivo nº 0149/2014, com validade até 2023, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, o valor de R\$ 1.691 (R\$ 12.033 em 31 de dezembro 2014) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes as variações nas obrigações de benefício pós-emprego, líquida dos tributos conforme CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

27. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/15	30/09/14 (Reclassificado)	30/09/15	30/09/14 (Reclassificado)
Fornecimento de energia				
(a)				
Receita de distribuição	761.318	610.377	2.344.082	1.669.844
Remuneração financeira wacc	742.227	597.781	2.288.300	1.637.427
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	19.091	12.596	55.782	32.417
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	37.731	-	55.429	(1.563)
(c)	730.529	546.765	2.260.975	1.697.937
Receita de distribuição	716.359	535.280	2.218.504	1.664.839
Remuneração financeira wacc	14.170	11.485	42.471	33.098
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(59.017)	-	(2.781)	-
(d)	133.383	123.519	323.694	289.017
Receita de construção da infraestrutura da concessão	35.077	18.766	79.231	56.084
(e)	1.639.021	1.299.427	5.060.630	3.711.319
Total receita bruta				
(-) Deduções da receita bruta	(587.453)	(354.953)	(1.738.846)	(1.049.664)
Total receita operacional líquida	1.051.568	944.474	3.321.784	2.661.655

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Período de três meses findo em					
Ref.		Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
		30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
Consumidores:							
Residencial		3.078.315	2.986.483	1.087.714	1.102.025	599.811	433.802
Industrial		4.684	11.720	381.981	409.686	188.487	156.518
Comercial		225.452	212.547	608.418	596.441	365.233	275.034
Rural		159.195	157.293	155.008	155.039	55.189	37.612
Poder público		23.070	23.097	147.186	160.155	82.430	67.708
Iluminação pública		5.105	5.315	111.354	110.335	43.105	30.841
Serviço público		3.444	3.307	144.749	162.345	52.716	41.749
Consumo próprio		333	295	3.124	2.849	-	-
Suprimento		19	17	-	-	-	322
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(2.441)	(10.170)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(690.126)	(509.703)
		<u>3.499.617</u>	<u>3.400.074</u>	<u>2.639.534</u>	<u>2.698.875</u>	<u>694.404</u>	<u>523.713</u>
Subvenções		-	-	-	-	66.914	86.664
Total		<u>3.499.617</u>	<u>3.400.074</u>	<u>2.639.534</u>	<u>2.698.875</u>	<u>761.318</u>	<u>610.377</u>

		Período de nove meses findo em					
Ref.		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
Consumidores:							
Residencial		3.078.315	2.986.483	3.627.736	3.535.410	1.864.009	1.306.071
Industrial		4.684	11.720	1.172.339	1.178.010	553.768	417.549
Comercial		225.452	212.547	1.952.371	1.805.313	1.108.662	771.680
Rural		159.195	157.293	482.591	466.827	159.138	103.962
Poder público		23.070	23.097	490.349	502.254	257.546	195.948
Iluminação pública		5.105	5.315	328.259	333.853	117.523	86.210
Serviço público		3.444	3.307	465.911	483.807	157.550	115.968
Consumo próprio		333	295	10.177	8.845	-	-
Suprimento		19	17	-	-	634	537
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	26.364	17.364
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(2.129.864)	(1.589.802)
		<u>3.499.617</u>	<u>3.400.074</u>	<u>8.529.733</u>	<u>8.314.319</u>	<u>2.115.330</u>	<u>1.425.487</u>
Subvenções		-	-	-	-	228.752	244.357
Total		<u>3.499.617</u>	<u>3.400.074</u>	<u>8.529.733</u>	<u>8.314.319</u>	<u>2.344.082</u>	<u>1.669.844</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(\*) Informações não auditadas.

**(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

**(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica**

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo	
	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	40.403	37.062	131.111	108.135
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	690.126	509.703	2.129.864	1.589.802
	<u>730.529</u>	<u>546.765</u>	<u>2.260.975</u>	<u>1.697.937</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

d) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

	Período de três meses findo em	Período de nove meses findo em
	30/09/15	30/09/15
<b>CVA e Neutralidade</b>		
Energia	(75.676)	(153.285)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	44.113	51.993
Neutralidade dos encargos setoriais	(2.640)	2.162
Sobrecontratação	(16.883)	77.465
Outras CVA's	(8.941)	25.205
<b>Componentes Financeiros e Subsídios</b>		
Energia Eletro nuclear	(1.414)	(4.632)
Exposição Financeira	2.103	(2.448)
Outros componentes financeiros	321	759
<b>Total</b>	<u>(59.017)</u>	<u>(2.781)</u>

e) Outras receitas

	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	2.425	1.756	8.909	3.192
Arrendamentos e aluguéis	16.020	2.183	20.744	12.690
Serviço taxado	1.849	1.899	5.473	4.939
Taxa de iluminação pública	2.555	2.104	7.669	6.047
Administração de faturas de fraudes	423	425	1.322	1.099
Comissão serviços de terceiros	143	131	425	390
Multa infração consumidor	(15)	1.351	2.147	3.974
Acréscimo Moratório	11.508	7.918	30.527	21.738
Outras receitas	169	999	2.015	2.015
	<u>35.077</u>	<u>18.766</u>	<u>79.231</u>	<u>56.084</u>

f) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
<b>IMPOSTOS:</b>				
ICMS	(318.776)	(231.784)	(962.753)	(668.763)
PIS	(23.899)	(20.001)	(83.490)	(61.999)
COFINS	(110.887)	(92.259)	(385.318)	(285.713)
ISS	(960)	(274)	(1.586)	(1.190)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>				
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(122.622)	(3.513)	(269.277)	(9.455)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.929)	(3.559)	(12.719)	(11.271)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.571)	(1.425)	(5.088)	(4.510)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(786)	(713)	(2.544)	(2.255)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.571)	(1.425)	(5.088)	(4.508)
Encargos do Consumidor - CCRBT	(2.452)	-	(10.983)	-
<b>Total</b>	<u>(587.453)</u>	<u>(354.953)</u>	<u>(1.738.846)</u>	<u>(1.049.664)</u>

**28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Custo de Energia Elétrica

	Período de três meses findo em				Período de nove meses findo em			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
				(Reclassificado)				(Reclassificado)
<b>Energia comparada para revenda</b>								
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	1.675.456	1.473.803	(382.469)	(435.819)	5.321.699	4.473.204	(1.241.299)	(1.123.890)
Energia adquirida contrato bilateral	903.240	861.120	(185.544)	(163.699)	2.426.561	2.555.670	(484.076)	(460.013)
Contratos por cotas de garantia física	838.123	817.692	(53.474)	(190)	2.736.685	2.618.216	(166.042)	(89.137)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	114.504	114.043	(19.085)	(16.827)	339.831	338.461	(57.065)	(50.481)
Energia curto prazo - MRE	-	-	8.358	(73.216)	-	-	(24.378)	(161.142)
Energia curto prazo - PLD	(229.776)	32.567	(810)	(32.423)	(311.446)	296.200	(137.425)	(248.163)
PROINFA	63.595	67.773	(17.750)	(18.051)	196.325	189.671	(53.251)	(54.153)
Ressarcimento de energia	-	-	3.778	15.005	-	-	33.050	71.839
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE	-	-	-	88.469	-	-	-	293.166
Créditos de PIS e COFINS	-	-	65.042	63.174	-	-	210.200	190.580
Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-
EER	-	-	(16.318)	-	-	-	(16.318)	-
<b>Total</b>	<b>3.365.142</b>	<b>3.366.998</b>	<b>(598.272)</b>	<b>(573.577)</b>	<b>10.709.655</b>	<b>10.471.422</b>	<b>(1.936.604)</b>	<b>(1.631.394)</b>
<b>Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição</b>								
Encargos de rede básica			(26.431)	(32.380)			(92.716)	(72.767)
Encargos de conexão			(2.339)	(1.791)			(6.202)	(5.097)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(2.279)	(2.295)			(6.306)	(7.984)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(51.340)	(16.979)			(116.480)	(24.623)
Encargos de energia de reserva - EER			11.493	50.340			18.427	75.734
Créditos de PIS e COFINS			4.779	3.016			16.980	7.491
			(66.117)	(89)			(186.297)	(27.246)
			(664.389)	(573.666)			(2.122.901)	(1.658.640)

(\*) Informações não auditadas.

(b) Custo de operação e despesas operacionais

	Período de três meses findo em			30/09/14
	30/09/15			(Reclassificado)
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(36.495)	(14.543)	(51.038)	(45.353)
Administradores	-	(706)	(706)	(631)
Entidade de previdência privada	(1.414)	(3.486)	(4.900)	(3.205)
Material	(3.242)	(268)	(3.510)	(3.535)
Combustível para produção de energia	(1.602)	-	(1.602)	(853)
Serviços de terceiros	(76.714)	(19.134)	(95.848)	(82.496)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.181)	-	(1.181)	(1.183)
Depreciação e amortização	(39.492)	(10.900)	(50.392)	(41.254)
Arrendamentos e aluguéis	(430)	(214)	(644)	(577)
Tributos	(212)	(131)	(343)	(106)
Provisões líquidas - PCLD	(349)	-	(349)	5.617
Perdas conta a receber/consumidores	(21.810)	-	(21.810)	(23.630)
Provisões líquidas - contingências	-	(3.481)	(3.481)	5.391
Provisões atuariais	-	(150)	(150)	(150)
Multas regulatórias	(3.381)	-	(3.381)	(7.444)
Outros	(2.752)	(12.141)	(14.893)	(15.954)
<b>Total custos / despesas</b>	<b>(189.074)</b>	<b>(65.154)</b>	<b>(254.228)</b>	<b>(215.363)</b>

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de nove meses findo em			
	30/09/15			30/09/14
				(Reclassificado)
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(108.765)	(44.244)	(153.009)	(141.632)
Administradores	-	(3.466)	(3.466)	(2.772)
Entidade de previdência privada	(4.209)	(9.037)	(13.246)	(13.195)
Material	(10.441)	(862)	(11.303)	(11.501)
Combustível para produção de energia	(5.995)	-	(5.995)	1.998
Serviços de terceiros	(221.412)	(54.820)	(276.232)	(238.574)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(3.545)	-	(3.545)	(3.491)
Amortização	(123.123)	(22.673)	(145.796)	(120.592)
Arrendamentos e aluguéis	(1.385)	(589)	(1.974)	(1.945)
Tributos	(1.333)	(739)	(2.072)	(2.034)
Provisões líquidas - PCLD	28.486	-	28.486	41.328
Perdas conta a receber/consumidores	(93.875)	-	(93.875)	(95.455)
Provisões líquidas - contingências	-	(2.725)	(2.725)	2.502
Provisões atuariais	-	(451)	(451)	(449)
Multas regulatórias	(15.446)	-	(15.446)	(20.362)
Outros	(6.266)	(35.940)	(42.206)	(40.172)
Total custos / despesas	(567.309)	(175.546)	(742.855)	(646.346)

## 29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda de aplicações financeiras	8.400	2.236	24.251	7.433
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	7.893	5.265	23.463	19.317
Variação monetária - Dívida	53.707	12.448	112.274	18.668
Variação cambial	-	2.571	55.870	7.339
Operações swap	149.963	10.160	271.861	14.682
Receita Financeira da Concessão	5.183	(1.747)	16.316	4.296
Atualização Depósitos Judiciais	747	467	2.031	1.408
Multa sobre Fornecedor	167	(230)	126	1.203
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	13.933	-	24.544	-
Outras receitas - Variação Monetária	176	171	2.886	2.917
Outras receitas financeiras	(3)	309	754	714
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(1.904)	-	(1.905)	-
Total	238.262	31.650	532.471	77.977

  

Despesas Financeiras	Período de três meses findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/15	30/09/14	30/09/15	30/09/14
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Encargos de dívida	(31.619)	(27.027)	(94.266)	(76.968)
Variação monetária - Dívida	(52.379)	(11.375)	(124.068)	(17.790)
Variação cambial	(158.971)	(10.171)	(265.984)	(12.207)
Operações swap	(10.350)	(3.203)	(94.666)	(11.999)
Perda acréscimos moratórios	(212)	(257)	(598)	(809)
Obrigações Pós Emprego	(7.866)	(7.565)	(23.612)	(22.693)
IOF	(1.321)	(898)	(3.116)	(2.356)
Encargos P&D/PEE	(922)	(907)	(2.613)	(2.538)
Atualização contingências	(4.124)	(2.835)	(13.296)	(18.767)
Outras despesas - Variação Monetária	(3.495)	(2.336)	(15.456)	(6.700)
Outras despesas financeiras	(1.486)	(829)	(2.580)	(4.966)
Total	(272.745)	(67.403)	(640.255)	(177.793)

## 30. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por empresa	30/09/15		30/09/15				
	Resultado	Ativo			Passivo		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Coligadas</b>							
COELBA	(2.924)	99	-	99	514	1.629	2.143
CELPE	-	-	850	850	-	850	850
COSERN	-	-	-	-	-	405	405
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	1.334	1.334	-	435	435
TERMOPERNAMBUCO S/A	(484.520)	-	-	-	112.080	388	112.468
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.	-	-	-	-	-	32	32
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(2.177)	-	-	-	297	42	339
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(1.341)	-	-	-	183	60	243
GERAÇÃO CIII S.A.	-	-	-	-	-	58	58
RIO PCH I S.A.	(1.746)	-	-	-	238	55	293
BAHIA PCH I S.A.	-	-	-	-	-	107	107
SE NARANDIBA S.A.	(17)	-	-	-	2	22	24
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	-	-	-	-	-	13	13
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	196	196
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(4)	-	-	-	-	23	23
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	-	-	-	34	34
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(165)	-	-	-	16	183	199
ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA	-	-	-	-	-	169	169
CAPUAVA ENERGY LTDA	-	-	-	-	-	88	88
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(11.805)	-	-	-	1.610	272	1.882
FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1 S/A	-	-	-	-	-	39	39
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES SA.	-	-	-	-	-	5	5
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	-	-	-	-	-	502	502
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	7	7
FE PARTICIPAÇÕES S/A	-	-	-	-	-	153	153
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	-	-	-	-	-	151	151
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(150)	-	-	-	17	87	104
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(128)	-	-	-	14	15	29
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(150)	-	-	-	17	34	51
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(139)	-	-	-	15	72	87
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(148)	-	-	-	16	107	123
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(99)	-	-	-	11	22	33
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(136)	-	-	-	15	34	49
CAETITÊ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	-	-	56	56
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(124)	-	-	-	14	79	93
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(125)	-	-	-	14	25	39
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II S/A	-	-	-	-	-	45	45
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	-	-	21	21
SANTANA 1	-	-	-	-	-	5	5
SANTANA 2	-	-	-	-	-	7	7
CONSÓRIO BAIXO IGUAÇU	-	-	-	-	-	37	37
AMARA BRASIL	(3.151)	-	-	-	-	-	-
CELPOS	(30.468)	-	-	-	17.899	114.635	132.534
	<b>(539.517)</b>	<b>99</b>	<b>2.184</b>	<b>2.283</b>	<b>132.972</b>	<b>121.199</b>	<b>254.171</b>
<b>Controladores</b>							
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL							
IBERDROLA ENERGIA S/A							
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(22.379)	-	-	-	-	231.858	231.858
OUTROS MINORITÁRIOS	-	-	-	-	58	-	58
NEOENERGIA S.A.	(604)	-	-	-	63	71	134
	<b>(22.983)</b>	-	-	-	<b>121</b>	<b>231.929</b>	<b>232.050</b>
	<b>(562.500)</b>	<b>99</b>	<b>2.184</b>	<b>2.283</b>	<b>133.093</b>	<b>353.128</b>	<b>486.221</b>

30/09/2015							
Ref.	Resultado	Ativo			Passivo		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Receita</b>	<b>924</b>	-	-	-	-	-	-
Fornecimento de energia elétrica							
(a)	924	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição							
<b>Despesa</b>	<b>(563.424)</b>	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	(502.344)	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão		-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(b)	(3.809)	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(c)	(38.814)	-	-	-	-	-
Contribuição Patronal		(14.033)	-	-	-	-	-
<b>Ativo</b>	-	<b>99</b>	<b>2.184</b>	<b>2.283</b>	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	2.184	2.184	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	(a)	-	99	99	-	-	-
<b>Passivo</b>	-	-	-	-	<b>133.093</b>	<b>353.128</b>	<b>486.221</b>
Fornecedores	(a)	-	-	-	115.136	-	115.136
Dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	-	58	-	58
Outros passivos	(e)	-	-	-	17.899	346.493	364.392
Debêntures		-	-	-	-	6.635	6.635
<b>Em 30/09/2015</b>	<b>(562.500)</b>	<b>99</b>	<b>2.184</b>	<b>2.283</b>	<b>133.093</b>	<b>353.128</b>	<b>486.221</b>
<b>Jan - Set/2014</b>	<b>(531.484)</b>						
<b>Em 31/12/2014</b>		<b>86</b>	<b>910</b>	<b>996</b>	<b>180.279</b>	<b>347.749</b>	<b>528.028</b>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

**a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:**

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Termopernambuco S.A. – Contrato sem número com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I - Contratos nºs CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nº CCEAR 4431/2006, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 – Contrato nº CCEAR 8318/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 2 – Contrato nº CCEAR 8393/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 3 - Contrato nº CCEAR 8408/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº CCEAR 8423/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 - Contrato nº CCEAR 8708/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 – Contrato nº CCEAR 8723/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 - Contrato nº CCEAR 8738/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 - Contrato nº CCEAR 8753/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 - Contrato nº CCEAR 8768/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Companhia Hidrelétrica TELES PIRES, Contrato nº CCEAR 9112/10, com vigência até 2044, corrigido anualmente pela variação do IPCA.



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)**

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

**c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Afluentes e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

**d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)**

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

**e) Contrato de locação de imóveis**

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600032523 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2018, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

**f) Contratos de prestação de serviços**

Amara Brasil – Contrato nº 4600032594, com vigência até 15 de agosto de 2018, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600033572, com vigência até 31 de agosto de 2018.

**g) Contrato de benefício**

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

**h) Contrato de empréstimo**

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% do CDI. Contrato BB AGRO 2 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% do CDI.

**i) Debêntures Aplicação/Emissão**

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

**30.1 Remunerações da administração**

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2015 foi de R\$ 2.918 (R\$ 2.357 em 2014), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

**31. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas de gerenciamento de riscos:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política, a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o semestre findo em 30 de setembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis adquiridos com vencimento acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – Indenização – Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.
- Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de *hedge*, classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*, previsto no item AG105 do CPC38. Caso contrário, são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.

- Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme previsto no item 9 do CPC 38, que trata das definições das categorias de instrumentos financeiros. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando *swap* de moeda estrangeira para CDI, conforme descrito a seguir:

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Operação de “*hedge*” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objetos de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 30/09/15
					Moeda Estrangeira		Moeda Local				Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					30/09/15	31/12/14	30/09/15	31/12/14	30/09/15	31/12/14	
Contratos de swaps:											
Swap Ativa Passiva	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a 72,5% do CDI	EUR 254	EUR 265	R\$ 1.124 R\$ 659	R\$ 864 R\$ 649	1.040 563	864 649	-
									477	215	
Swap Ativa Passiva	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a 92% do CDI	EUR 486	EUR 721	R\$ 2.061 R\$ 1.347	R\$ 2.354 R\$ 2.114	2.116 794	2.354 2.114	-
									1.322	240	
Swap Ativa Passiva	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.) 104,5% do CDI	USD 17.017	USD 17.019	R\$ 67.611 R\$ 39.482	R\$ 45.205 R\$ 39.438	60.777 40.146	44.746 40.083	(1.153)
									20.631	4.663	
Swap Ativa Passiva	Banco Citibank	29/08/14	29/08/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,989% a.a.) 107,34% do CDI	USD 24.173	USD 24.173	R\$ 96.041 R\$ 55.650	R\$ 64.208 R\$ 55.539	88.879 57.080	63.628 56.985	(1.663)
									31.799	6.643	
Swap Ativa Passiva	Banco Santander	05/02/15	05/02/16	USD + 2,3732% a.a. 105,00% do CDI	USD 48.533	-	R\$ 193.187 R\$ 141.040	-	194.412 141.381	-	-
									53.031	-	-
Swap Ativa Passiva	Banco Santander	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2885% a.a. 110,4% do CDI	USD 23.779	-	R\$ 94.528 R\$ 66.314	-	91.956 67.365	-	(3.092)
									24.591	-	
Swap Ativa Passiva	Banco Itaú	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2655% a.a. 108,8% do CDI	USD 23.807	-	R\$ 94.617 R\$ 66.317	-	91.970 67.388	-	(3.034)
									24.582	-	
Swap Ativa Passiva	HSBC	09/04/15	09/04/18	USD+1,1765*(Libor 3M + 1,4% a.a.) 107,40% do CDI	USD 43.833	-	R\$ 175.888 R\$ 144.610	-	159.810 147.863	-	(3.034)
									11.947	-	
Total									168.380	11.761	(11.976)

### Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento, a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os demais passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis àquelas já apresentadas e que possam servir como parâmetro à determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os ativos possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. Ao final de cada período, a Companhia utiliza as taxas referenciais de mercado disponíveis na BM&F como taxa de desconto para precificação dos ativos e passivos após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. As taxas de desconto para cada tipo de operação são:

- a) Para empréstimos indexados ao Dólar e Ponta Ativa do *SWAP* em Dólar - DI x Dólar
- b) Para empréstimos indexados ao Euro e Ponta Ativa do *SWAP* em Euro - DI x Euro
- c) Para a Ponta Passiva do *SWAP* indexado ao CDI - DI X Pré

A companhia entende que a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, conforme orientação do CPC 46.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	30/09/15		31/12/14	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>1.167.272</b>	<b>1.167.272</b>	<b>1.106.140</b>	<b>1.106.140</b>
Contas a receber de clientes e outros	986.981	986.981	856.916	856.916
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	180.291	180.291	249.224	249.224
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>672</b>	<b>672</b>
Títulos e valores mobiliários	338	338	672	672
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>232.521</b>	<b>232.521</b>	<b>58.415</b>	<b>58.415</b>
Caixa e equivalentes de caixa	230.213	230.213	57.465	57.465
Títulos e valores mobiliários	2.308	2.308	950	950
<b>Disponível para venda</b>	<b>587.753</b>	<b>587.753</b>	<b>504.530</b>	<b>504.530</b>
Concessão do Serviço Público - Indenização	587.753	587.753	504.530	504.530
<b>Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>1.783.240</b>	<b>1.784.341</b>	<b>1.759.502</b>	<b>1.760.746</b>
Fornecedores	486.096	486.096	478.703	478.703
Empréstimos e financiamentos	990.575	990.575	912.950	912.950
Debêntures *	306.569	307.670	367.849	369.093
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>521.166</b>	<b>521.166</b>	<b>98.864</b>	<b>98.864</b>
Empréstimos e financiamentos	689.548	689.548	110.626	110.626
Derivativos				
Citibank	(52.430)	(52.430)	(11.306)	(11.306)
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	(1.799)	(1.799)	(456)	(456)
Santander	(77.623)	(77.623)	-	-
Itaú	(24.583)	(24.583)	-	-
HSBC	(11.947)	(11.947)	-	-

#### Hierarquia de Valor Justo

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

				30/09/15
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Disponível para venda</b>				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	587.753	587.753
<b>Mantidos para negociação</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	230.213	-	-	230.213
Títulos e valores mobiliários	2.308	-	-	2.308
<b>Passivos</b>				
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e Financiamentos				
Citibank	-	148.715	-	148.715
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	-	3.284	-	3.284
Santander	-	285.941	-	285.941
Itaú	-	91.799	-	91.799
HSBC	-	159.809	-	159.809
				-
<b>Outros Passivos financeiros</b>				
Derivativos				
Citibank	-	(52.430)	-	(52.430)
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	-	(1.799)	-	(1.799)
Santander	-	(77.623)	-	(77.623)
Itaú	-	(24.583)	-	(24.583)
HSBC	-	(11.947)	-	(11.947)
	232.521	521.166	587.753	1.341.440

#### Fatores de risco

- Riscos financeiros
  - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2015, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No período findo em 30 de setembro de 2015 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 139.066 (R\$ 753, resultado positivo em 30 de setembro de 2014).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar e do euro no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,9729	(719.661)	(3.365)	(4.207)	(5.048)
Swap Ponta Ativa em Dólar			3,9729	720.719	4.192	5.240	6.288
<b>Exposição Líquida</b>					826	1.033	1.240
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	4,4349	(3.283)	(30)	(37)	(45)
Swap Ponta Ativa em Euro			4,4349	3.283	30	37	45
<b>Exposição Líquida</b>					-	-	-

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2015, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação da moeda estrangeira pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 210.997 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,6%	244.823	7.523	5.705	3.847
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,6%	596.081	20.010	24.720	29.325
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	9,6%	515.790	16.984	20.986	24.901
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,5%	445.381	9.136	10.806	12.476
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	9,6%	51.951	1.885	2.267	2.641

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 242.301, sendo R\$ 218.868 em fundos exclusivos e R\$ 23.433 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.



**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente estão incluídas as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora a suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	30/09/15							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>								
Empréstimos e financiamentos	1.680.123	2.256.568	109.912	489.047	475.110	653.254	167.014	201.205
Debêntures	306.569	345.651	93.355	174.148	78.148	-	-	-
Fornecedores	486.096	486.096	112.977	338.930	-	-	-	34.190
<b>Passivos financeiros derivativos</b>								
<b>Derivativos</b>								
Citibank	(52.430)	(91.390)	2.775	11.761	10.766	(116.692)	-	-
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	(1.799)	(1.603)	(469)	3	(13)	(54)	(77)	(892)
Santander	(77.623)	(50.874)	-	(13.192)	(37.682)	-	-	-
Itaú	(24.583)	(30.737)	-	7.096	(37.833)	-	-	-
HSBC	(11.947)	(12.994)	4.303	18.779	17.692	(72.547)	-	-

- **Riscos operacionais**

- ✓ **Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

#### Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	30/09/15	31/12/14
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	230.213	57.465
Títulos e valores mobiliários	2.308	950
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	1.535.946	1.434.367
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	180.291	249.224
<b>Mantidos até o vencimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	338	672
<b>Disponível para venda</b>		
Concessão do Serviço Público - Indenização	587.753	504.530

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(\*) valor bruto não considerando PCLD

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas 18 e 19).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica apesar de ser um sistema hidrotérmico. Nos últimos anos houve um incremento significativo da sua base de geração com outras fontes de energia renováveis. Contudo, um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidráulicas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo, mesmo considerando a recente redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), além da elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, em função da necessidade de ajustes nos montantes dos contratos de compra e venda de energia.

O acompanhamento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do país tem indicado uma considerável redução do volume de armazenamento, em relação aos anos anteriores. Essa redução associada ao aumento do consumo de energia observado aumenta a probabilidade de racionamento de energia. Visando mitigar o risco de racionamento, o governo tem acionado uma quantidade maior de usinas termelétricas para atender a demanda de energia elétrica no país.

### 32. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 14.868 (R\$ 20.871 em 31 de dezembro de 2014).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/15	31/12/14	30/09/15	31/12/14
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	15.893	14.674	114.609	116.710
	<u>15.893</u>	<u>14.674</u>	<u>114.609</u>	<u>116.710</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	165.636	158.093
Participação ativos	1.264	2.606	-	-
Desligados PDV	742	12	26	43
	<u>2.006</u>	<u>2.618</u>	<u>165.662</u>	<u>158.136</u>
Total	<u>17.899</u>	<u>17.292</u>	<u>280.271</u>	<u>274.846</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

- ✓ Recebimento de recursos de Subvenções/Subsídios Governamentais

Em 15 de outubro de 2015 a Companhia recebeu o montante de R\$ 12.664, referente à Subvenção baixa renda do mês de agosto de 2015.

Em 30 de outubro de 2015 a Companhia recebeu o montante de R\$ 11.567, referente à subsídios cruzado/desconto tarifário do mês de abril de 2015.